

Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos Rurais

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Como citar: SIMONETTI, M. C. L. Os sentidos do trabalho para as famílias dos assentamentos Rurais. *In*: SIMONETTI, M. C. L. (org.) **Assentamentos rurais e cidadania:** e a construção de novos espaços de vida. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 53-66. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-142-3.p53-66>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

OS SENTIDOS DO TRABALHO PARA AS FAMÍLIAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Mirian Cláudia Lourenção Simonetti

Todos os meios de desenvolvimento da produção se transformam em meios de domínio sobre os produtores e de exploração deles; eles mutilam o trabalhador, tornando-o um fragmento do homem, degradam-no ao nível de um apêndice da máquina, destroem todos os resquícios de encanto de seu trabalho, que passa a ser uma labuta odiosa; eles o alienam das potencialidades intelectuais do processo de trabalho na mesma proporção em que a ciência é incorporada neste como força independente; eles distorcem as condições nas quais ele trabalha, sujeitando-o durante o processo de trabalho, a um despotismo tanto mais odioso quanto mais humilhante; eles transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, esmagando sua esposa e filhos sob as engrenagens do capital. (Capital) Marx, K.

Eu não trabalho para patrão! Não nasci para ser mandado por outro. (Seu Vicente, camponês assentado em Porto Feliz-SP, 1997).

Apresento um olhar sobre os assentamentos rurais que privilegia os sentidos que as famílias assentadas atribuem ao mundo do trabalho e a sua relação com a motivação que os levou à lutar pela terra. Baseia-se em seus depoimentos e

histórias de vida e visa perscrutar tanto os aspectos objetivos quanto subjetivos que perpassam suas falas. Elas expressam, objetivamente, o trabalho na terra e a produção do alimento para a família e o mercado. Subjetivamente, representa um conjunto de significados éticos e morais, que se vincula ao ideário camponês onde o trabalho é uma categoria central. A nova vida possibilita que os valores centrais da cultura camponesa, tais como autonomia, liberdade, sejam recolocados nos assentamentos rurais. A idéia da família camponesa será vista não apenas como unidade de produção e consumo, mas também como uma unidade cultural.

A pesquisa realizou-se junto às famílias do Assentamento Reunidas, localizado no município de Promissão, no oeste do Estado de São Paulo. Este assentamento foi o primeiro a ser realizado no estado sob a égide do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1997, e possui 634 famílias assentadas. Essas famílias subdividem-se em 10 agrovilas dentro do assentamento, onde seus integrantes possuem afinidades relativas a forma como entraram na luta pela terra e a cidade de origem. A pesquisa¹ realizou-se junto a 104 famílias do grupo denominado Comunidade Padre Josimo Tavares dos Santos, localizadas na Agrovila de Campinas. A escolha deste grupo deve-se por um lado, por serem os únicos camponeses deste assentamento organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de outro ao fato de 96% destas famílias estarem vivendo na cidade no período da organização para luta e ocupação da terra. A vivência na cidade, depois de um processo migratório intenso, tornou suas histórias de vida significativas para verificar a sua entrada na luta pela terra, seu ideário e sua organização espacial.

Para essas famílias, a decisão de entrar na luta pela terra se origina das relações vivenciadas ao longo da sua história de vida. O rompimento dos vínculos de dependência com os proprietários de terra, as constantes migrações, a falta de trabalho, revelou o significado da propriedade e do trabalho. É uma noção de trabalho que organiza as novas concepções da vida, do movimento social, das relações sociais, dos novos valores e do seu projeto de vida. A cultura dos Sem Terra está centrada no trabalho, suas dificuldades e possibilidades. Nos movimentos sociais dos últimos anos, a condenação da propriedade, que excede as necessidades de quem a tem, deriva da privação de trabalho que ela impõe aos que dela precisam para trabalhar.

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. Lutam para preservar, conquistar ou reconquistar o seu objeto e meio de trabalho e vida. Em face do desenvolvimento intenso do capitalismo no campo, desde fins dos anos 60 do século XX o camponês luta pela terra, seja reagindo contra a sua expulsão do lugar em que constrói sua vida, seja resistindo a proletarianização ou as condições adversas de vida na cidade.

¹ Pesquisa empírica realizada no período de 1992 a 1999 que resultou na tese: SIMONETTI, M. C. L. A Longa Caminhada: A (re) construção do território camponês em Promissão. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

Na pesquisa junto a essas famílias, quando indagados sobre o que os motivou a entrar na luta pela terra, se referem à rejeição às condições de trabalho vivenciadas na cidade ou em suas trajetórias no campo. Em seus depoimentos salientam que o que o motivo principal da luta pela terra foi ver viabilizado o controle, a organização e os resultados da produção, bem como a possibilidade de trabalhar para si e sua família, com liberdade e autonomia.

Nos depoimentos observa-se o sentido atribuído ao trabalho e as condições de vida na cidade e, em oposição, a vida e o universo do trabalho no assentamento. Nestes depoimentos os assentados explicitam o motivo que os levou a entrar na luta pela terra.

Benê (1997) salienta:

Trabalhar na terra da gente é super importante. Olha, pra começo de assunto, todo mundo tem deveres e obrigações na fábrica. Você tem deveres e obrigações no sítio também. Na terra você tem deveres e obrigações, mais você se sente um pouco mais livre. Infelizmente, nós somos escravos ou do dinheiro ou do patrão. Somos escravos. A gente mora em um país capitalista no qual nós dependemos de dinheiro para poder se manter. Então, os deveres e obrigações são menos rigorosos quando a gente está no campo do que na fábrica. No campo, em cima de um pedaço de terra da gente, nós podemos perder um dia de serviço. Está cansado de trabalhar, de repente você fala - Ah, vou dá uma pescada pra descansar, eu posso fazer isso. Lá não. Lá na cidade você é obrigado a ir todo santo dia. Está frio, está chovendo, tá sol, tá doente, cê é obrigado a marcá seu ponto. Lá é que o médico vai dispensá se achá que deve é diferente. Aqui não, aqui embora a dificuldade também é grande tem essa liberdade morrer no campo que nem nós mora aqui é uma dívida de Deus. Você esquece a porta aberta aí no outro dia está do jeito que você deixa, né? Você sai de noite pra ir na casa de um vizinho você pode andar, livrando os zóio pelado não tem mais nada que te preocupa. [...] Zóio pelado é cobra por que não tem pelo no olho né? Então a vida é mais feliz. [...] Então pra mim a vida é muito melhor no campo é por isso que eu me viro no avesso pra me manter aqui. [...] Na fábrica não tinha tempo pra minhas crianças e quando eu tinha tempo era irritante, eu não suportava eles nem bater uma bola dentro de casa, o nervosismo era tanto que eu já tava dando aqueles brancos. As vezes dentro da fábrica eu andava dentro do corredor com uma pessoa pra levar num lugar e saía pro outro esquecendo o que ia fazer. Em casa eu pouco conversava com a Alice, a televisão não agüentava nem ver ligar. [...] Não suportava barulho de espécie alguma porque eu trabalhava 15 dias de dia e 15 dias de noite, então não era a mesma coisa a alimentação já não fazia mais digestão direito vivia a base de remédio e cada vez tava ficando pior. Uma das questões juntou a fome e a vontade de comer. Juntou eu que sempre vivi no campo, gostava e sabia das delícias de viver no campo e de um outro lado o nervosismo a situação da minha saúde preocupante e tava afetando dentro de casa a família. Então essas duas coisas fez com que reforçasse mais a vontade de vim morar no campo. Por isso que eu viro do avesso aqui pra não ter que voltar pra cidade, porque se precisar a gente não tem alternativa é obrigado a ir, mas eu peço a Deus pra nunca precisar. Olha, uma das coisas que eu sonhava quando eu vim pra cá, entrei na luta pela terra, era ter um lugar pra morar, uma casa do jeito que eu tenho aqui. Não está acabada mais tem *água e luz, isso aí era um sonho que a gente*

tinha e foi realizado. E o pedaço de chão pra trabalhar que é esses sete alqueires e meio que a gente tem. Eu considero realizado nessas questões, é claro que falta mais coisas, né? A gente está trabalhando muito e precisa parar um pouco de trabalhar. Precisa arrumar uma forma de trabalhar menos e ter o mesmo conforto que a gente tá tendo. É claro que isso demora tempo, mais eu acredito que vai chegá o dia que a gente vai trabalhar menos e ter o mesmo conforto. ... É importante a gente ter o controle da situação. Na fábrica você trabalha, trabalha, o único investimento que você tira da fábrica é um dia se aposentar e aí é um salário do qual não dá pra viver, é obrigado a fazer bico pra poder manter o pequeno padrão de vida que você consegue durante 30 ou 35 anos de trabalho. Quer dizer, quando chega a hora de você descansar você é obrigado a trabalhar fazendo bico pra ajudar no sustento, o único investimento que você tem é a aposentadoria das mais ruim.

Em outro depoimento muito representativo, Luiz Ruas (1997) diz:

Eu lutei pela terra porque eu sou da terra. Quem é da terra não fica na cidade, porque a cidade não é muito bom. Eu mesmo nunca habituei na cidade. Falar a verdade pra você. Quando trabalhava se sentia preso, amarrado dentro das firmas. Para começar não tinha liberdade e aquela saudade [...] Liberdade é você estar em algum lugar, em um canto. Está vendo o verde, o ar puro, né? Que é da natureza. Dentro da fábrica não, você está vendo um monte de pó, uma coisa te sufocando, a poluição te matando, os filhos crescendo e a marginalização na cidade, né? Problemas dos meus filho também quando tava pequeno 1/3 do meu salário ia pra farmácia, pra remédio. Graças a Deus depois que eu vim pra terra nunca mais teve esses problema, o gasto é mínimo. Então tudo isso aí fazia com que eu, né? A minha vontade era voltar pro campo de novo, a cidade não era o meu lugar, tenho certeza que não era. E a primeira chance que eu tive fui embora né?. [...] É para falar a verdade a questão financeira está pior que na cidade, essa não é questão financeira, porque o que a gente produz não tem preço e a gente não tem estrutura para poder fazer. Preparar o solo de acordo né? Então fica muito difícil o financiamento do banco. E tudo é difícil pra gente, pro pequeno produtor tudo é difícil, então tudo isso aí é duro, mas de qualquer forma, toda essa dificuldade, graças a Deus estou mais satisfeito do que na cidade, isso é verdade, se tivesse que ocupar terra mais 10 vezes, eu ocuparia mais 10 vezes.

Estes depoimentos expressam o desejo de todos pesquisados. O que os move em direção à luta pela terra é a perspectiva de realizar na terra o trabalho livre e autônomo, onde possam ter controle do seu tempo e não serem mandados pelo patrão. Evidencia-se uma negação ao trabalho alienado, tanto na cidade quanto no campo, onde os resultados monetários da produção são apropriados pelo capitalista. Nestes depoimentos mostram os elementos fundamentais do processo produtivo e da vida social da família camponesa em cuja base estão o trabalho familiar, a família e a liberdade de dispor do seu tempo.

Em seus depoimentos há uma oposição entre a vida e o trabalho na cidade e a vida e o trabalho no campo. A cidade remete ao trabalho explorado, enquanto que

o campo, ao trabalho liberto. Somente o trabalho na terra pode ser livre. Morar no campo vincula-se também às condições de vida. Morar bem, ter fartura, tranquilidade em oposição à violência da vida na cidade.

O trabalho camponês é distinto do trabalho na forma capitalista, pois não se baseia na exploração alheia e sim no trabalho coletivo dos membros da família. Opõe-se, desse modo às relações sociais vinculadas ao processo de exploração capitalista oferecendo resistência à sua lógica de acumulação. A família, enquanto unidade de produção e consumo, não se encontra alheia às trocas mercantis, mas as desenvolve a partir das necessidades do grupo doméstico. No universo camponês a vida se estabelece através da sociabilidade local, do direito costumeiro, da ótica moral que se opõe aos princípios capitalistas de produtividade e rentabilidade. Ao contrário deste, o trabalho camponês busca a valorização do trabalho familiar como elemento central das relações de produção.

Verifica-se que o trabalho só pode aparecer como concreto, através do fruto palpável de sua colheita, da atividade de sua família. Uma parte desse fruto é condição direta de sua sobrevivência a outra é para a comercialização. Ao falar de trabalho, expressam-se sobre outras coisas que estão interligadas, tais como a família, a terra, a liberdade. É o:

[...] trabalho na terra e o saber produzir, não ser mandado por outro, a liberdade e o controle do tempo, a segurança para si e para a família. Enfim, todas as categorias culturais centrais do universo camponês - o trabalho, a família e a liberdade - as quais se opõem à sociedade moderna, individualizada, urbana, nas quais essas categorias estão separadas. (WOORTMANN, 1999, p. 45).

Marx (1978) nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, lembra que “[...] um ser só se considera autônomo, quando é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças a outro, se considera a si mesmo um ser dependente.” O trabalho direto com a terra repõe a essas famílias a condição de liberdade e autonomia.

As referências a problemas de saúde adquiridos no trabalho e as dificuldades com o transporte e salários, relacionamento com patrão e horário de trabalho, são expressos pelo desejo do trabalho autônomo ou livre - “*cansei de trabalhar para os outros*”, “*na lavoura a gente não tem patrão e trabalha quando quer*”. A consciência do trabalho alienado ao capitalista, sua negação se expressa através desse depoimento: “*Na cidade lutei muito, sempre trabalhando para os outros, e o que conseguí foram só uns trapos para vestir*”, Luis Ruas (1998).

No depoimento de Toninho Barbosa (1997) aparecem outros elementos constitutivos do ideário camponês e do sentido atribuído ao trabalho da família assentada:

Aqui eu sou patrão de mim mesmo né? Então eu já tenho autonomia, né? Eu me considero um ser produtivo que consigo entender o processo completo da minha linha de produção, quanto eu como operário eu sabia uma parte do processo, eu nunca conseguia entender. Mesmo que eu quisesse, as empresas não deixavam, né? Quer dizer, hoje parece que tudo tá mudando nas mentes das empresas, mas participar é uma coisa, crescer é outra. Pra você crescer, você tem que ser chefe ou entrar numa escola e saí daqui, você só é bitolado a fazer aquele tipo de coisa. Hoje é a lei da independência. Quer dizer, hoje você chegou aqui eu parei com o meu serviço e vim te atender. Se eu fosse um operário na cidade isso não aconteceria né?. Então essa liberdade pra mim é tudo. Se eu falar que amanhã eu não vou trabalhar, não tenho que ficar catando atestado ou ficar mentindo. Talvez muitas vezes até mentindo pra podar pegar uma folga. Uma gripe lá na cidade, se não para, e a gente sabe que uma gripe deixa o corpo da pessoa todo quebrado, todo doente. Nem produzi direito produz. Então essa liberdade ela compensa. E muito mais não é só essa liberdade que nós queremos, eu quero essa liberdade condicionada com ganhos reais, né? Porque eu quando aposentasse e um dia a gente ia se aposenta. Como trabalhador rural, vou aposentar simplesmente com a bagatela de um salário mínimo né? Quer dizer, já um operário na cidade pode se tiver uma carreira, ele pode se aposentado com 2, 3, e daí pra frente né? Então, a gente quer construir aqui uma vida. Construir enquanto tem força de trabalho né? Aqui nós também não temos férias, 13°, tem essas questões aí que a gente teria garantido na cidade. Aqui a gente tem que trabalhar os 365 dias no ano. Mas a liberdade, e essa é uma questão e a liberdade eu colocaria numa forma, nós como pobre, nós ia morar na periferia, hoje não dá nem pra falar em segurança porque a polícia é o próprio bandido, né? A periferia, como sempre, são os mais desprotegidos, então por ser mais desprotegido tenho certeza que o pai não vai deixar o filho passar fome, e se também o filho passar fome ele vai entrar no mundo da marginalidade. Então vai roubar, vai fazer algumas coisas que eu atribuo essa questão da violência urbana. Essa questão do roubo tal e tal por uma desigualdade social, uns tem muito, outro nada tem, nem emprego tem, sequer o mínimo que poderia oferecer é o trabalho pra aquele cidadão. Então a gente vivia lá eu vim pra cá, então essa diferença pra mim é muito sagrada, essas questão de eu ter um pouco de mais liberdade e de eu consegui planejar e fazer aquilo que eu sinto, que eu tenho vontade de fazer é uma das coisas que é bastante interessante é a questão da agricultura. A gente já tem um pouco no sangue porque foi nascido, né? Então a gente já tem um pouco embutido no seio da gente porque a gente pega isso dos pais, entendeu? Então meu pai, minha mãe sempre trabalhava na agricultura e era meu sonho também voltar pra agricultura, só que não está muito diferente daquela época, porque naquela época os pequenos proprietários perdiam suas propriedades pro sistema financeiro, todo mundo que tentava, que acabava seus recursos procurava no sistema financeiro pra poder manter-se na propriedade cada um entregando suas pequena propriedade pros banco pra poder pagar suas dívida e hoje também não está nada diferente se continuar sem essa política, se não tiver um respaldo melhor o que vai acontecer também mesmo nos projeto de reforma agrária.

Neste depoimento o autor menciona o aspecto relativo ao conhecimento relativo a todo processo produtivo, bem como a liberdade de realizar a produção. Para ele o trabalho é um processo resultante de um modelo pensado em termos

de uma concepção global, que inclui todos os passos de sua atuação. Verifica-se que a relação entre o homem e a natureza na produção agrícola tem existência ideal construída já antes na mente de quem a executa, permitindo a antecipação do resultado esperado. Tal processo se contrapõe ao trabalho alienado, que é vivido e percebido como separação pelo trabalhador. Isso porque ao separar-se de seu próprio trabalho, por um duplo processo, de um lado, a alienação pela qual ele não trabalha para si, nem direta nem indiretamente, desconhecendo as razões que determinam a divisão técnica e social do trabalho e, de outro lado, o fato de que seu trabalho parcelar só tem sentido e produtividade no âmbito de um trabalho global que foge ao seu controle e compreensão, resulta que muitos trabalhadores neguem essa condição. Mesmo salientando as dificuldades com relação ao resultado comercial da agricultura, na atual conjuntura, alegam que não abririam mão de continuar na terra.

Na sociedade capitalista, o trabalho opõe-se ao trabalho camponês. Os elementos constitutivos do processo de trabalho são as atividades pessoais do trabalhador, o objeto de trabalho e o meio de trabalho. Marx (1977) mostra que o processo de trabalho é, de um lado, consumo da força de trabalho. Ou seja, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista ao qual pertence seu trabalho. Neste processo o capitalista possui três preocupações: que a tarefa seja bem realizada, que não haja desperdício da matéria-prima e que os instrumentos de trabalho somente sofram os desgastes necessários em cada operação. De outro, o produto do trabalho é propriedade do capitalista e não do trabalhador. Ou seja, o capitalista, ao pagar o valor diário da força de trabalho, seu emprego passa a lhe pertencer tal como um animal alugado por ele. O trabalhador, por sua vez, nesta operação, torna-se um vendedor do uso de sua força de trabalho que será incorporada aos outros elementos do processo de trabalho.

Para o capitalista, o processo de trabalho é o consumo da força de trabalho, da mercadoria comprada, e que será consumida somente através da incorporação dos meios de produção. Portanto, o processo de trabalho é uma operação entre coisas compradas e que lhe pertencem, logo, o produto desta operação lhe pertence igualmente, da mesma forma que o produto da fermentação no seu celeiro (MARX, 1977).

Fica evidente que o processo de trabalho coloca em relação o trabalhador, os meios de produção e o proprietário. Trata-se de uma relação de propriedade que assegura ao possuidor a propriedade dos meios de produção e do uso da força de trabalho durante o tempo em que dura a operação de trabalho. Esta relação de propriedade, apesar de fundamentada na relação contratual presente no ato de venda e compra da força de trabalho que antecede a inserção do trabalhador no processo de trabalho, só é legitimada na prática dos trabalhadores durante o consumo da força de trabalho através do controle exercido pelo capitalista.

Entre o momento anterior da venda e compra da força de trabalho - momento das liberdades e das igualdades onde os indivíduos se defrontam como possuidor de mercadorias (dinheiro transformado em capital e força de trabalho)

- e o momento do consumo da força de trabalho, dá-se uma transformação radical nas relações entre vendedores e compradores. A igualdade e liberdade do primeiro momento cedem lugar à desigualdade, ausência de liberdade, de autonomia, no segundo momento.

No momento da produção o trabalhador transforma-se em tempo de trabalho ou trabalho abstrato. É visto como força, como fornecedor de energia para o trabalho. O trabalhador torna-se igual aos outros elementos do processo produtivo. O resultado disto é a mercadoria apropriada pelos donos dos meios de produção e conseqüentemente do dinheiro que comprou a força de trabalho. A relação de propriedade inerente ao processo de trabalho capitalista determina que a organização do trabalho seja orientada através de métodos que vigiem e controlem os trabalhadores. Torna-se necessário, além da vigilância contínua, a instauração da disciplina para o trabalho. Ela surge e vai sendo recriada de acordo com as relações que se estabelecem no ato da produção. Logo, ela é resultante da relação entre trabalhadores e não-trabalhadores. Esta relação é caracterizada por conflitos, contradições, presentes no ato do trabalho e também fora dele.

A transformação dos trabalhadores em força de trabalho não é um ato mecânico, mas um longo processo histórico que se tem manifestado de forma diferenciada nas diferentes realidades sociais. Além da expropriação das condições objetivas, dos meios de subsistência através, muitas vezes, de métodos violentos de acumulação primitiva, há a necessidade da socialização para o trabalho. Na medida em que o indivíduo é reduzido à força de trabalho, é necessário prepará-lo, moldá-lo para as diferentes tarefas. Da mesma forma que um animal exige uma domesticação prévia para puxar um arado, porém possua a força, a energia para isso, o trabalhador exige uma domesticação específica: a transformação de sua vontade em vontade para o trabalho para outrem.

O trabalhador industrial não é apenas separado dos meios de produção. Num processo repetitivo, em que domina apenas uma etapa do processo produtivo, ele é também separado do modelo global referido. Conhecimento e força de trabalho operam separadamente, na medida em que o primeiro é propriedade do capital. O trabalhador não é separado apenas dos meios de produção no plano material, mas também do saber que informa a produção. Para Marx (1977), o capitalismo impede os homens de desenvolverem suas potencialidades, realizados do ponto de vista emocional e intelectual. O trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, é onde ele se nega e não se sente feliz, e sim degradado. O trabalhador só se sente feliz fora do trabalho. Seu trabalho não é, portanto, voluntário, e sim forçado. Por isso não representa a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer as necessidades externas ao trabalho. Quando ele está no trabalho, ele não é dono de si mesmo, mas pertence ao outro.

Essa longa consideração sobre o trabalho alienado na sociedade capitalista permite a compreensão da recusa dessas famílias contra a opressão desse trabalho.

A sua luta pela reafirmação de uma vida vinculada a condição camponesa, entendida aqui tanto como a visão de mundo ligada ao universo simbólico camponês, quanto ao trabalho concreto vivido pelos camponeses na sua terra. Em essência, o seu caráter radical está no obstáculo que representa à expansão do capitalismo no campo, na afirmação da primazia do valor de uso sobre o valor de troca, na resistência à transformação da terra em monopólio do capital e na afirmação de um modo de vida e trabalho camponês.

A posse da terra e o trabalho aí realizado implicam na recusa e negação ao trabalho alienado, pressuposto da sociedade capitalista. É a negação da falta de liberdade, da falta de controle do tempo e da dominação opressiva do trabalho. Através dos depoimentos verifica-se que o que moveu esses trabalhadores em direção a luta pela terra foi a possibilidade do trabalho livre, onde pudessem ter o controle de suas vidas.

Trabalho é uma categoria cultural e têm múltiplos significados. É uma categoria central na cultura camponesa e expressa uma ética. Para Klass Woortmann (1990) essa ética camponesa, ou campesinidade, baseia-se nos seus valores e códigos culturais. É uma categoria que não é pensada independente de outras tais como família, terra, liberdade e política.

Verifica-se que essas pessoas buscam, através da luta pela terra, a reafirmação de um projeto de vida que tem a terra como fundamento de um modo de ser, de pensar e de estar no mundo, ou seja, o universo simbólico vinculado ao ideário camponês. Neste ideário, o trabalho tem um significado mais amplo, visto que trabalho, terra e família são indissociáveis. Quando falam sobre sua terra, referem-na como terra de trabalho, expressão que encerra um conjunto de significados morais e éticos. Ou seja, não é a terra em um sentido mercantil que move esses trabalhadores em direção à luta, mas um projeto de vida baseado na autonomia e na liberdade. Para esses camponeses a terra possibilita a realização de projeto de vida baseado na família, no trabalho e na liberdade. A terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família. Mais do que um objeto de trabalho, a terra é o espaço da família e da liberdade. A terra é a condição para o desenvolvimento da família e da liberdade. Para os camponeses a terra é tanto natureza sobre a qual se realiza o trabalho do grupo e da família. É o patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, a terra não é simples coisa ou mercadoria. Nesta perspectiva não se vê a terra somente como objeto de trabalho, mas também como expressão de uma moralidade (WOORTMANN, 1990, p. 55).

O assentamento inaugura um momento importante para os trabalhadores que participaram da luta pela terra. Para as famílias assentadas é o lugar da realização do projeto de vida camponês, baseado na vida e na produção familiar. Para eles o trabalho só pode aparecer como trabalho concreto, no fruto palpável de suas colheitas, da atividade de suas famílias, pois uma parte deste fruto é condição direta de sua sobrevivência. A falta de trabalho compromete sua sobrevivência, porém o

trabalho abstrato, mero equivalente de dinheiro, como ocorre com o assalariamento, parece-lhes como algo injusto porque não lhes permite a sobrevivência digna e os priva da sua liberdade.

Neste relato do Zé Carlinhos (1997) estas considerações são explicitadas:

Uma das coisas da minha vida que mudou bastante, que eu tinha um dos sonhos da minha vida se eu merecesse, ter uma família eu não fosse um homem desempregado. Eu pudesse ter minha esposa, ter minha filha, ver crescer junto comigo e eu ter o que ela comer e bebê fruto do meu próprio trabalho. A terra, sem dúvida, essa grande mãe está aí. Então eu agradeço a Deus de coração por isso. O meu sonho era ter a terra, aliás o meu grande sonho era um dia ver a minha família toda com terra. Consegui primeiro ver a minha família com terra. Eu realmente vim pra terra com os dois pés, consciente que eu tava indo pra onde eu nunca deveria ter saído. Mas por consequência de uma falta de política, do despejo do homem da terra pra cidade, eu tive que passar pelo que milhões de famílias passaram. Então, hoje eu estou aqui. Nossa, isso aqui pra mim é um pedaço do céu. Eu não tenho dúvida disso e eu vou lutar e vou provar, não provar pras pessoas que tão aqui do meu lado, que eu não preciso provar pra ninguém. Provar que a reforma agrária dá certo, tá? Todos nós se tivermos um objetivo, se a terra é o fundamental da nossa vida, a gente vai acabar se realizando nela. Vai ter que lutar muito mas vai consegui. [...] Quando eu entrei na luta entrei com algumas roupas porque me deram, quando eu vim do seminário pra cá até a cueca que eu usava os outros me deram. Me deram lá no seminário porque eu era pobre, eu não tinha nada mesmo. Então tive a conquista da terra, hoje eu tenho minha casa para morar, hoje eu tenho o meu sítio com o bananal plantado, com café plantado. Tenho uma colheita razoável que eu posso dizer que o que eu tenho tirado da minha colheita se eu quisesse ficar coçando o ano inteiro eu ficava pelo menos dava pra comer e beber. Mas a gente tem que tentar investir que a vida não pode parar, né?

Neste depoimento, fica evidente com a relação como a terra, e o trabalho nela realizado permite a reprodução familiar. Embora as estratégias de reprodução social sejam diversificadas no assentamento, suas práticas contrastam com a do empresário capitalista que coloca o lucro e a renda da terra em primeiro lugar. Para os camponeses o objetivo fundamental não é o lucro, mas a reprodução da família.

Em outro depoimento a questão moral relativa à terra improdutiva é colocada pelo Seu Elias (1997):

Porque se a terra não está produzindo, ela num está dando renda nem pro fazendeiro, nem pro governo e está tirando o pão de muitos, da boca de muita família que podia estar produzindo naquela área de terra, onde ela está parada sem fazer nada. Então a terra num pode ser acumulada para negócio, né?. Para gerar bens. A terra ela é feita para produzir e matar a fome do povo.

Nos depoimentos verifica-se que a terra é pensada como terra de trabalho. Para os Sem Terra não têm como deixar de questionar a legalidade da propriedade, não podem deixar de considerar ilegítimo, e também iníquo, injusto o que é legal,

que é a possibilidade de alguém possuir mais terra do que pode trabalhar, de açambarcar, cercar um território, não utilizá-lo nem deixar que outros utilizem, mesmo sob pagamento de renda. Se não fosse assim, não se sentiriam encorajados a ocupar a terra. Nesse caso, mostram que têm uma concepção da terra e do trabalho em que as duas coisas estão combinadas: só há legitimidade na terra de trabalho. É concepção distinta daquela que orienta a conduta de quem crê que a terra é instrumento de enriquecimento, por meio da produção ou por meio da especulação. São duas racionalidades distintas, ou seja, a dos grandes proprietários da terra e a dos camponeses. Basicamente, reside aí a impossibilidade, ou precariedade, da negociação e da aceitação de uma decisão legal num litígio de terras ou num caso de despejo.²

Ao ser indagado sobre o significado da reforma agrária, José Carlinhos (1997), assim se expressa:

A reforma agrária ela só está no papel né? Se ela tem acontecido do jeito que aconteceu foi fruto do fato das ocupações, da resistência das pessoas, haja vista a mortalidade que já teve até nesses últimos dias aí. Então, eu vejo a reforma agrária inclusive muito distante da sua conclusão. Na verdade, não está acontecendo reforma agrária. A reforma agrária mesmo seria uma distribuição da terra. A reforma agrária é feijão da feijoadá, né? Como política agrícola eficiente né? Para se fazer a reforma agrária. Então pra ter a reforma agrária precisa ter terra, ter um projeto de habitação, saneamento, eletrificação, um acompanhamento técnico da linha de produção que vai sê desenvolvido de acordo com a aptidão, com a vocação de determinada região, solo, investi em cada família ou se for cooperativa ou associação conforme a capacidade que cada um tem de produzi, com projeto tecnicamente viável, né? Porque eu enquadraria a capacidade de administração, o acompanhamento técnico, o recurso e o escoamento desse produto, compra desse produto, pra ele poder funcionar, pra sê com uma reforma agrária viável do meu ponto de vista, do contrário não. O pessoal está forçando pra sair a reforma agrária, conseguir um pedaço de terra, mas o governo num tem política agrícola nem pra os agricultores tradicionais, imagina pra quem está fazendo uma ocupação de terra, que pra eles é invasão [...] e aí as família não tem os recurso necessário pra produzi, muitas delas chegam a tremenda frustração. É comum nos assentamentos ter diversas famílias que acabam desistindo da terra, que logicamente quando vieram pra terra enfrentaram tamanha situação é porque o sonho delas era ficar na terra e não saíram da terra porque quiseram, porque foram expulsa novamente e aí no caso foi falta de recurso [...].

Nessa fala evidencia-se que a questão da luta pela terra vincula-se à defesa do trabalho e de melhores condições de trabalho. Para esses camponeses a luta pela reforma agrária é uma luta em defesa do direito ao trabalho. Trabalho como centro da definição de vida do camponês. O trabalho vinculado ao meio de trabalho - a

² Cf. Martins (1975), quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida, por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem.

terra. Trabalho como meio de assegurar à família e aos filhos, saúde, escola, casa, trabalho, segurança, justiça. Portanto uma clara definição do direito a terra como meio de trabalho e aquilo que o trabalho pode assegurar. É também o trabalho pensado como produtor de mercadorias para um mercado que se reconhece como fator de desvalorização do seu trabalho e, portanto, carente de uma intervenção do Estado para que suas regras sejam justas.

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. Luta primordialmente para preservar, conquistar ou reconquistar o seu meio de trabalho de trabalho e vida. A radicalidade do movimento camponês reside na defesa de suas condições de vida e trabalho. Nos assentamentos de reforma agrária promovem outro arranjo de vida onde recompõem padrões, valores, ideais, afins de desenvolver e realizar sua cultura, sua visão de mundo, seu modo de vida.

Nessas falas predominam uma visão de mundo que se opõe as tendências predominantes das relações capitalistas de produção. Em geral, a luta pela terra permite a essas famílias um novo arranjo de vida, em que os valores e ideais se opõe aos princípios do mercado, ao predomínio da mercadoria, do lucro, da mais-valia. Compreendem um arranjo das relações sociais no qual se reduz ou dissipa a exploração, o desemprego, a miséria, a alienação. Porém, parece um equívoco pensar que suas práticas de contestação podem ser lidas como aquelas que investem contra toda estrutura social, buscando sua superação em direção a uma mudança geral da sociedade. Trata-se de entender a luta pela terra, preconizada pelos movimentos dos sem terra, enquanto formas de lutas cujas pretensões instituem, dentro da sociedade civil, espaços para práticas sociais e culturais alternativas sem que isso represente a vontade de construir outra sociedade.

Ao longo deste texto verificou-se que os camponeses vêm buscando, através da luta pela terra, a reafirmação de um projeto de vida que tem a terra como fundamento de um modo de ser, de pensar e de estar no mundo - seu universo simbólico vinculado ao ideário camponês. A complexa rede de relações construídas entre as famílias, grupos e pessoas, viabilizam várias alternativas de organização delas no assentamento. As diferentes origens e trajetórias familiares e diferentes experiências mostram as diferentes práticas e concepções de vida que foram sendo geradas dentro do grupo. Nas suas falas entendeu-se que a família exerce papel decisivo nos valores referentes à forma de trabalho, à liberdade e ao modo de vida que escolheram para permanecer na terra. As experiências vividas por essas famílias em sua trajetória podem ter alterado ou reafirmado valores, tradições e costumes. Para alguns, o modo de ser do camponês tradicional está bem presente; para outros a racionalidade da produção, os novos projetos do movimento social mistura-se com o ideário camponês.

As condições do trabalho e a sua falta, bem como as diferentes situações de extorsões vividas na cidade permitiram aos assentados compreenderem o significado da propriedade e da exploração/sujeição. É uma certa noção de trabalho

que organiza as novas concepções da vida, do eu e do outro, do movimento, das relações sociais, os novos valores. A reconstrução do modo vida no assentamento, as novas sociabilidades, estão centradas no trabalho e suas dificuldades, na liberdade de quem trabalha, na concepção de direitos produzidos pelo trabalho e no aprendizado ao longo da luta pela terra.

Nos seus depoimentos não condenam a propriedade em si, mas a propriedade que excede as necessidades de quem a tem, gerando a privação de trabalho aos que dela precisam para trabalhar. Privação que aparece como privação do direito à vida. Em suma, nesses depoimentos verifica-se que a luta pela terra se vincula às questões mais amplas, além daquela referente à simples distribuição da propriedade. A terra repartida que conforma a geografia dos assentamentos possibilita às famílias assentadas a condição necessária para uma vida digna.

REFERÊNCIAS

- GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: GEOUSP/LABUR, 1999.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência*. São Paulo: HUCITEC, 1975.
- _____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- MARX, K. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1977.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de Textos de José Arthur Giannotti. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SIMONETTI, M. C. L. *A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão*. 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências e História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- WOORTMANN, E. F. *O trabalho da terra*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- WOORTMANN, K. *Com parente não se negueia*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1990. (Anuário Antropológico, 87).